



Anais da Assembléia

62

CURITIBA, SEGUNDA, EM 08 DE JUNHO DE 1987.

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 50.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 1987.
SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Senhores Deputados Nereu Carlos Massignan e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Emar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessutti, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (50). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Homero Oguido, Irondi Pugliesi e Paulo Furiatti (03). Achando-se em licença o Senhor Deputado Nestor Baptista (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o n. DTL/47/87, do Senhor Governador do Estado, comunicamos haver SANCIONADO o Projeto de Lei n. 134/85, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.484. Anote-se - Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 53/87, oriundo da Mensagem do Poder Executivo n. 40/87, que objetiva conceder regime diferenciado de trabalho aos professores da rede estadual de ensino.

Sala das Sessões em 08.06.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em Ata desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do menor JOSUÉ PEREIRA RODRIGUES, filho do Reverendo Adolfo Pereira Rodrigues- Superintendente Regional da Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, ocorrido ontem num lamentável acidente de trânsito.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência ao referido Pastor.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata da presente sessão, de voto de profundo pesar, manifestado aos familiares do Senhor RAIMUNDO ENEAS NETO, pelo seu passamento, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, em data de ontem.

Nascido a 15 de julho de 1936, em Massagi, Estado do Ceará, o extinto era casado com Dna. Rosita Eneas da Silva, e deixa os seguintes filhos, Rosineia, casada com Mauro; Roberval, Helton e Heros.

Formado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, o Senhor Raimundo Enéas Neto exercia atualmente o cargo de Delegado de Polícia em Ipiranga, função que desempenhou com a maior lisura e honrabilidade, numa cabal demonstração de capacidade profissional e administrativa, a

par de relevantes serviços prestados ao longo de sua existência à causa pública.

O infausto acontecimento abalou de forma profunda a comunidade de Ipiranga e pontagrossense, onde gozava do mais alto conceito e admiração dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, Requer, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua General Carneiro, n. 798-fundos- Ponta Grossa-Pr.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido ao Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações ao Doutor JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA, Presidente do Banco BAMERINDUS, pela firme e oportuna decisão quanto aos débitos dos pequenos empresários junto àquela instituição.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Doutor JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O Banco Bamerindus, orgulho do Paraná e do Brasil, através do seu Presidente, José Eduardo de Andrade Vieira, anunciou que os micro e pequenos empresários com débitos vencidos junto àquela instituição, poderão negociar suas dívidas em até quatro vezes, sem juros e com a correção monetária de apenas 50% da variação das Letras do Banco Central. Esta decisão é sem dúvida, uma boa notícia para os empresários classificados nas duas faixas citadas e que constituem a grande maioria no País e representam a principal força empregadora relativa. Além disso, são esses que mais estão sofrendo as agruras da conjuntura econômica, e que aos poucos estão sendo levados à falência e à marginalização.

Por isso o gesto da alta direção do Banco BAMERINDUS merece o nosso apoio, porque representa em exemplo que deve ser seguido como forma de oferecer oportunidade para que o segmento dos micro e pequenos empresários possa dar continuidade às suas atividades produtivas e se desenvolver dentro do contexto empresarial.

Como bem frisou o Doutor José Eduardo de Andrade Vieira, "o perdão de cerca de 25% do total do débitos ao longo dos quatro meses é um incentivo para que os micro e pequenos empresários paranaenses continuem a desenvolver suas atividades dentro do Estado". Vale registrar também a manifestação do Presidente da Associação Co-

mercial do Paraná, empresário Carlos Alberto Pereira e Oliveira: "A medida é efetivamente um grande auxílio para este segmento empresarial que atravessa sérias dificuldades".

Dessa forma, a iniciativa do Presidente do BAMERINDUS, que comprova sua profunda sensibilidade para os problemas do empresariado paranaense, deve ter o nosso restrito apoio e reconhecimento, esperando que não seja uma ação isolada, mas sim o início de um esforço conjunto que muito representará para a sociedade paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em ata desta Sessão, um voto de congratulações aos citricultores pela passagem do seu dia e porque graças ao programa desenvolvido pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná, junto ao Ministério da Agricultura conseguiram a liberação para a replantação da citricultura em nosso Estado.

Requer, ainda, que da decisão da Casa se dê ciência à referida classe através do Senhor Luiz Carlos Hatschback - coordenador do programa de citricultura da referida Secretaria.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

O Paraná teve os seus laranjais totalmente erradicados há alguns anos atrás, por decisão do Ministério da Agricultura que acusava a existência de cancro-cítrico nas plantações, obrigando muitas famílias de agricultores a procurarem outra atividade, fazendo com que o Paraná se tornasse totalmente dependente de outros Estados para seu abastecimento de cítricos. Hoje, 90% das frutas aqui consumidas são oriundas de São Paulo. Daí a pressão exercida pelos paulistas junto ao Ministério para manter a restrição à citricultura no Paraná.

A Secretaria da Agricultura precisou vencer muitas barreiras para provar que o cancro-cítrico encontrado no Paraná está nos mesmos níveis do encontrado em São Paulo e conseguir a liberação junto ao Ministério para o referido plantio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em ata desta Sessão, um voto de congratulações ao Ministério de Madureira do Paraná, pela realização da 1ª Convenção de Ministros Evangélicos das Assem-

bléias de Deus, dessa mesma organização - realizado nos dias 4 a 7 transatos - sob a liderança do pastor Moacir Ferreira, presidente desse movimento que vem desempenhando um relevante trabalho na comunidade paranaense.

Outrossim, Requer, que da decisão da Casa, se dê ciência ao referido Pastor.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja inserido na ata desta sessão, votos de congratulações ao Presidente do Banco Bamerindus do Brasil S.A., Doutor José Eduardo de Andrade Vieira, pelo lançamento do Programa de Recuperação das Microempresas, clientes daquela instituição financeira.

A iniciativa pioneira do Grupo Bamerindus, que deve ser seguida por outras instituições bancárias, prevê facilidade para que os cerca de cem mil clientes microempresários renegociem suas dívidas em quatro parcelas com encargos limitados a cinquenta por cento da correção das LBC (Letras do Banco Central), além de dispensa de juros.

A medida é um incentivo para a sobrevivência das pequenas e médias empresas, muitas delas estabelecidas durante a euforia do Plano Cruzado e, além da prorrogação dos empréstimos ao longo de quatro meses, representa o perdão de vinte e cinco por cento do total dos débitos.

Vale notar que o benefício foi adotado sem intervenção governamental, demonstrando o acerto da estratégia a longo prazo que norteia as ações do Bamerindus, que evidencia estar assim sem dirigente atual, José Eduardo de Andrade Vieira, sendo fiel ao espírito de pioneirismo de seu saudoso pai, Avelino Antonio Vieira.

São projetos dessa natureza que justificam a trajetória do Grupo Bamerindus, desde a sua fundação por Avelino Antonio Vieira, numa pequena região do interior paranaense, até se configurar atualmente como uma das três maiores redes financeiras privadas do Brasil. O presidente José Eduardo de Andrade Vieira, por sua visão empresarial de enfoque estratégico, assegura seu lugar na galeria dos continuadores da grande obra de seu saudoso genitor e se afirma como um dos construtores do novo Brasil, modernizado e de livre iniciativa, que todos desejamos.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoiamento: Antônio Annibelli, Caíto Quintana, Edmar Luiz Costa, Ferrari Júnior, Vera Agibert, José Afonso Júnior e Luiz

Carlos Alborghetti.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, um voto de apoio à Comissão de Microempresas do COIND, pela apresentação de propostas para o exercício do próximo ano da Secretaria da Indústria e Comércio defendendo estratégias de médio e longo prazos para sanear a economia.

Requer, ainda, que da decisão da Casa, se dê ciência ao Senhor Roberto Karan, presidente da referida Comissão, ao Senhor Ercílio Santinoni, presidente da Federação das Micros, Pequenas e Médias Empresas, e ao Senhor Ervin Gelinski, presidente da Associação da Pequena e Média Empresa.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Este voto se prende a maneira sábia com que os integrantes dessa comissão apresentam suas reivindicações numa hora difícil em que a crise afugenta os segmentos produtivos, pleiteando por um programa de Governo capaz de atender não apenas aos problemas do momento presente, como também do futuro.

Afirmando que é preciso acreditar, mas investir na área empresarial no momento, não é aconselhável, a não ser que o empreendedor disponha de capital próprio e decida optar por investimentos em produtividade e "marketing" sugeriu o Senhor Ercílio Santinoni que o segmento que poderia melhor oferecer atratividade, no momento, seria o de alimentos, enquanto o de confecções passa por sua pior etapa.

Os dirigentes da Comissão defenderam os programas da SEIC voltados ao gerenciamento. Reafirmaram sua preocupação com projetos realmente eficazes, capazes de dar uma noção clara para o investidor. Para tanto, "requer-se que profissionais realmente capazes e não amadores, projetem a viabilidade ou não de um empreendimento", foi a afirmação do presidente da Federação das Micro, Pequenas e Médias Empresas, Senhor Ercílio Santinoni.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, a Vossa Excelência, a inclusão do Projeto de Lei n. 67/87, que objetiva conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Coronel PM Dagoberto Dulcídio Pereira, já com parecer da Douta Comissão de Constituição e Justiça, e em Regime de Urgência, na conformidade do disposto pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, na

forma de seu artigo 132, inciso XII, c.c. o art. 108.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) RAUL LOPES.

REQUERIMENTO Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja restabelecido o número de 13 (treze) membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, que apurará possíveis irregularidades no Porto de Paranaguá, entreposto Paraguaí, no contrabando de soja, café e outros produtos agrícolas.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes HEINZ GEORG HERWIG, solicitando providências junto ao D.E.R. - Departamento de Estradas de Rodagem, a fim de que envide esforços para o cascalhamento do trecho IPIRANGA- SANT'ANA a LUSTOSA-ARROIO GRANDE, no Município de Ipiranga.

O pedido em questão visa solucionar dificuldades até então encontradas quanto às precárias condições de tráfego dessas vicinais, fato que tem impedido de certa forma o acesso à região, principalmente em dias chuvosos, apresentando sérios riscos de acidentes pela má conservação. O revestimento primário pretendido já seria de grande utilidade, particularmente pelo aspecto desenvolvimento e outros reflexos de ordem sócio-econômico que poderão advir.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, nos termos da Constituição Estadual e do Regimento Interno desta Assembléia, e após ouvido o Plenário, o envio de Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que preste os seguintes esclarecimentos a esta Casa Legislativa:

1 - Qual a exata localização do imóvel recém adquirido pelo Governo do Estado do Paraná para servir de residência oficial ao Chefe do Poder Executivo Estadual?

2 - Qual a metragem do terreno e da área construída, especificando-se às diversas peças ou módulos que o constituem, com as respectivas medidas?

3 - Quanto custou aos cofres públicos

a aquisição do referido imóvel?

4 - Como se deu a aquisição? O valor da transação já foi pago? Por qual órgão? A quem?

5 - Qual era o estado de conservação do referido imóvel?

6 - Foram necessárias obras de restauração, recuperação, adequação ou reparos? De que natureza? Em quais peças?

7 - Qual o montante dos gastos com tais obras de recuperação.

8 - Foram feitas ou serão necessárias aquisições de complementos ou peças de adorno tais como tapeçarias, móveis, lustres, pratarias, cristais e outras do gênero? Quais?

9 - Em caso afirmativo, em quanto importaram tais despesas suplementares? Como foram ou serão processadas?

10 - Quantos funcionários serão utilizados pelo Executivo para os serviços de mordomia, manutenção, conservação e atendimentos diversos, na referida residência?

11 - O Poder Executivo dispõe de outro ou outros imóveis destinados ou eventualmente utilizados como residência oficial? Como vem se dando, atualmente, essa utilização? Em que condições se encontram? Qual será, doravante, sua destinação.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

A imprensa tem noticiado que o Governo do Estado adquiriu um imóvel para destiná-lo à residência oficial do Senhor Chefe do Poder Executivo.

O fato em si parece não ter maior significação.

No entanto, no caso específico, as informações não são claras o suficiente para dar à opinião pública paranaense uma visão ampla do que realmente aconteceu ou estaria acontecendo.

Ainda no último dia 19 do corrente mês, o conceituado e nacionalmente respeitado jornal "O Estado de São Paulo" abordou o assunto. E o fez de forma até jocosa, deixando o Estado do Paraná em situação difícil perante os brasileiros dos demais Estados da Federação. Afinal, a imagem ali retratada não é a mesma que o Chefe do Poder Executivo estadual vem procurando transmitir aos paranaenses e à toda a Nação, quer através de seus atos internos, quer nas freqüentes aparições nos noticiários de televisão de todo o País.

É, pois, em nome da necessidade de se concretizar, na prática, a tão apregoada transparência da administração, e da absoluta necessidade que tem a população de manter-se informada da extensão dos atos de seus governantes, que as informações ora pretendidas se fazem absolutamente indispensáveis.

Afinal, esta Casa de Leis é, por extensão, o povo paranaense, não podem ficar à mercê de informações cuja extensão ou veracidade nem sempre é possível aquilatar com segurança. Ao Executivo cabe, então, até mesmo para evitar dúvidas ou explorações, dar condições a que os fatos se esclareçam por completo e que a opinião pública seja dada a oportunidade de julgar, por si mesma, do acerto da conveniência, da oportunidade, quando não, da legalidade dos atos praticados pela Administração.

No caso em tela, não se contesta, a priori, o ato que resultou na aquisição do imóvel objeto das notícias e comentários da imprensa. O que se quer é conhecer, em toda a sua amplitude, a realidade dos fatos, para que esta Casa e o povo do Paraná possam fazer um juízo adequado em torno da questão.

Assim, para o pleno esclarecimento da matéria, e tendo em vista as abordagens da imprensa a seu respeito, impõe-se que, no desempenho de sua função fiscalizatória, seja a Assembleia Legislativa informada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado sobre as indagações formuladas no presente requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inscrito nos Anais desta sessão um voto de cumprimentos ao Senhor Governador Álvaro Dias e o Senhor Secretário Rubens Bueno, pela pronta decisão de coibir atos de corrupção registrados na Promopar, onde servidores foram apanhados em flagrante de fraude salarial.

O Parlamentar que subscreve este pedido solicita ainda, do Chefe do Executivo Estadual, que faça cumprir com rigor a legislação contra os atos ilegais no exercício da função pública, notadamente submetendo a auditoria especial as empresas estatais como SANEPAR, COPEL e outras, para prevenir eventuais desvios, certificar se sua gestão está sendo exercida em adequação à filosofia do Governo Álvaro Dias e se os aumentos que aquelas empresas públicas pretendem conseguir, para as tarifas de serviços de água, energia elétrica e outros, são realmente justos e necessários.

Esta providência se faz mister por constar que administradores de empresas estatais não procedem como os gestores da iniciativa privada quanto ao rigoroso controle dos custos para a formação de seus preços, pelo fato de aquelas empresas governamentais trabalharem em regime de monopólio de mercado, sem dar satisfações aos usuários nem à opinião pública. RE-

QUER, ainda se aprovado, remeter cópia de inteiro teor àquelas autoridades.

Sala das Sessões, em 08.06.87

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma das disposições regimentais, submete à apreciação da Assembleia Legislativa a seguinte proposição:

Considerando:

1 - Que notícias amplamente divulgadas pela imprensa da Capital, dão conta de sérias irregularidades administrativas ocorridas na PROMOPAR;

2 - Que o órgão em questão é o responsável pelo atendimento assistencial do Estado;

3 - Que é dever constitucional do Parlamentar a fiscalização dos atos públicos e da aplicação do dinheiro público;

REQUER o encaminhamento, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, do seguinte

Pedido de Informações

a) Quais as atribuições legais da PROMOPAR?

b) Qual a dotação orçamentária da PROMOPAR, para os quatro últimos exercícios financeiros e para o de 1987?

c) Qual o montante, dentro do orçamento, destinado às rubricas referentes a pessoal e as demais, nos exercícios já citados?

d) Quantos funcionários possui, hoje, a PROMOPAR e sob que regime exercem suas funções? Em que proporção?

e) Quantos funcionários possuía em 1983, 1984, 1985 e 1986?

f) Além da dotação orçamentária específica do órgão foram injetados outros recursos na PROMOPAR nos quatro últimos exercícios? Quais? Representam que valor? Onde provieram e onde foram aplicados?

g) Qual a aplicação dos recursos da PROMOPAR durante os quatro últimos exercícios financeiros?

h) Qual o montante gasto em horas extras constante da Prestação de Contas da PROMOPAR, nos quatro últimos exercícios?

i) Por quem foi exercido o cargo de Diretor Geral da PROMOPAR durante os últimos quatro anos? E de Diretor Administrativo? E de Diretor de Recursos Humanos?

j) Qual o período de trabalho da PROMOPAR, ordinário e extraordinário?

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER da Assembléia, Considerando:

a) Que compete à Polícia Militar do Estado "assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos, através do policiamento ostensivo, fardado e planejado pelas autoridades competentes";

b) Que a Polícia Militar possui hoje um efetivo de 14.500 homens, para atender uma população de cerca de 8 milhões;

c) Que a média de saída dos quadros da PMPR, nos últimos 12 meses, foi de 212 elementos, e que no ano de 1986 houve um aumento efetivo de 1.200 homens e uma diminuição de 1.400;

d) Que a PMPR não oferece, hoje, condições para executar os planos de recrutamento autorizados pelo Governo Estadual, em consequência, se supõe, dos baixos salários pagos aos Policiais Militares;

e) Que a PMPR é o único organismo policial capaz-legalmente e organicamente - de executar trabalho de prevenção da violência;

f) Que a falta de segurança é um dos maiores problemas, segundo dados estatísticos, enfrentados pela população;

g) Que, em consequência, deve a Segurança ser prioridade de todas as administrações públicas;

O encaminhamento de proposição, ao Senhor Governador do Estado, solicitando que o mesmo determine a realização imediata de estudos visando mostrar a realidade da Polícia Militar do Estado e as causas que vêm provocando a defasagem diária de seu efetivo e, concluído este, tomem-se as providências cabíveis - através de Mensagem encaminhada a esta Casa - a uma reestruturação salarial e estrutural da PMPR, de forma a garantir o fiel cumprimento de suas obrigações de lei, através de estrutura adequada e salários justos, que permitam e incentivem a entrada e permanência de Policiais Militares.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, desta Presidência, cópia do Balanço Geral das Contas da Administração Direta e Indireta do Estado, submetida a esta Augusta Casa de Leis, por expediente datado de 05 de março do corrente, na forma do art. 47 inciso XV, da Constituição do Estado.

A mesma servirá para esclarecer este Deputado quanto ao pedido de informações sobre os gastos da Secretaria de Comunica-

ção Social e outros órgãos de governo durante o quadriênio anterior, em publicidade no Estado e fora dele; assim como quais os órgãos de comunicação que receberam as verbas; televisão, jornais, rádios, revistas, etc.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Alvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, para que interceda junto ao M.E.C. Ministério da Educação e Cultura, para que instale uma Escola Federal com cursos de Eletrônica, Eletrotécnica e Mecânica em Maringá.

Tal solicitação prende-se ao fato de que em contato mantido com o Professor Atayde Moacir Ferrazza, digníssimo Diretor Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET), tivemos a informação de que o M.E.C. instalará quatro escolas federais no Paraná e assim erguemos a bandeira para que Maringá conte com uma delas.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário sejam oficiados aos Governador do Estado do Paraná e ao Diretor do DETRAN, solicitando a instalação de uma Delegacia de Trânsito em Maringá.

Tal iniciativa virá atender o grande anseio da população maringaense, comprovado por ampla justificativa do nobre Edil Nereu Vidal Cezar, conforme anexo.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ
Estado do Paraná - Brasil

Requerimento n. 1075

Apresentado em 25.05.87

Atendido Ofício N. 612 à 617/87

Lido em Plenário

Sala das Sessões, 26.05.87.

Senhor Presidente.

O Vereador subscrito, observadas as formalidades regimentais, requer à Mesa sejam endereçados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Secretários de Estado da Segurança Pública e Deputados Estaduais Luiz Carlos Alborghetti, José Alves dos Santos, Antônio de Souza Bárbara, Arleir

Tilfrid, Ferrari Júnior e Lindolfo Luiz Silva Júnior, solicitando-lhes a manutenção de entendimentos para a criação e instalação, em plano prioritário, de uma Delegacia de Trânsito em Maringá.

Maringá sedia a microrregião 9 e polariza uma vasta região constituída por 28 municípios, o que a destaca como um dos maiores centros comercializadores do sul do País. Conseqüentemente, por configurar-se como itinerário obrigatório a outros municípios de relevada importância econômica e que também mantêm posição de vanguarda no contexto comercial ou industrial, o seu trânsito urbano sofre intenso afluxo de veículos e, como consequência natural, os acidentes automobilísticos, a cada novo dia, vêm acentuando a estatística de abalroamentos e atropelamentos, o que dificulta a atuação do restrito quadro de policiais de trânsito e têm colaborado no sentido de que veementes críticas sejam endereçadas ao Departamento de Trânsito local, que, pela falta de uma estrutura adequada e compatível à realidade vivenciada no município, demonstra inoperância em atender a contento e dentro de tempo hábil as ocorrências no perímetro urbano, sobretudo em locais mais periféricos.

Sala das Sessões, em 25.05.1987.

(a) NEREU VIDAL CEZAR

Vereador Autor

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Diretor do DETRAN, solicitando estudos para a criação e implantação de uma Vara especializada em acidentes de Trânsito, conforme justificativa, do nobre Edil Nereu Vidal Cezar, em anexo.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Estado do Paraná

Requerimento n. 1076

Apresentado em 25.05.87.

(a) Funcionário responsável

Seção de Expediente

Atendido - Ofício n. 625/87 a 631/87

LIDO EM PLENÁRIO

Sala das Sessões, em 26.05.87.

1. Secretário

TEOR DO REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Atendido o disposto regimental, o Vereador subscrito REQUER à Mesa sejam endereçados ofícios aos Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Lindolfo Luiz Silva Júnior, Arleir Tilfrid Ferrari Júnior, José Alves dos Santos, Antônio de Souza Bárbara, Pre-

sidente do Tribunal de Justiça e Governador do Estado, pleiteando-lhes a criação, em Maringá, de Vara especializada em Acidente de Trânsito, tendo em vista que o Município, por comportar intensa movimentação de veículos, a exemplo de outros grandes centros urbanos, vem sofrendo a média de 400 a 500 acidentes mensais de trânsito.

Isto posto, há um excessivo número de processos na Justiça Comum, ainda pendentes de solução, com tendência a se acumularem por tempo indeterminado, motivando incontáveis e renovadas reclamações, porquanto muitos transtornos e prejuízos são enfrentados.

As ações de reparação de danos se avolumam a cada dia e entende-se que, para não prejudicar-se o tempo ideal de julgamento, assim como o interesse de grande parcela de proprietários de veículos, a extensão do benefício é de suma importância para todo o segmento comunitário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal,
aos 25 de maio de 1987.

NEREU VIDAL CEZAR

Vereador Autor

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário sejam oficiados ao governador do Estado do Paraná e a Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A, solicitando estudos para a implantação de duas novas Agências daquela instituição financeira, em Maringá, com sede nos bairros da Vila Operária e Jardim Alvorada atendendo à reivindicação formulada por parte dos senhores munícipes e, em especial, pelos micro-empresários estabelecidos nas respectivas regiões, encampada pelo nobre Edil Nereu Vidal Cezar, da Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Estado do Paraná - Brasil

Requerimento 1073

Apresentado em 21.05.87.

(a) Funcionário responsável

Seção de Expediente

Atendido - Ofício n. 620/87 a 624/87

LIDO EM PLENÁRIO

Sala das Sessões, em 26.05.87.

1. Secretário

TEOR DO REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Atendido o disposto regimental, o Vereador subscrito REQUER à Mesa sejam endereçados ofícios aos Deputados Estaduais

Luiz Carlos Alborghetti, Lindolfo Júnior, Arleir Tilfrid, Ferrari Júnior, José Alves dos Santos e Antônio de Souza Bárbara, solicitando-lhes o desenvolvimento de amplas gestões para que a Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A, autorize a implantação de duas novas agências daquela instituição financeira em Maringá, com sede nos bairros da Vila Operária e Jardim Alvorada, conforme reivindicação formulada por parte dos senhores munícipes e, em especial, pelos micro e pequenos empresários estabelecidos nas respectivas regiões.

Tratam-se de núcleos populacionais iminentemente importantes para os interesses do Município, já que, ocupando uma vasta área do território urbano, além de abrigarem, conjuntamente, uma população hoje na casa dos 70.000 habitantes, sediam empreendimentos comerciais e industriais que garantem significativa arrecadação de impostos e tributos ao erário público, o que justifica, por si só, não apenas a necessidade do repasse de obras comunitárias em caráter equitativo e permanente, mas sobretudo, o aparelhamento com estabelecimentos que operem na área de prestação de serviços bancários, mesmo porque a clientela existe em abundância e falta tão-somente a iniciativa dessa instalação, cujas unidades financeiras, sem sombra de dúvidas, absorveriam fatia relevante do mercado controlado por outros Bancos.

Contudo, entendida a inviabilidade da medida por fatores de ordem econômica e alusivos à contenção de despesas, principalmente em se considerando o período recessivo da economia do país, a extensão de postos avançados de atendimento colaboraria, mesmo que a título precário, para a minimização dos problemas atualmente enfrentados pelas referidas comunidades urbanas, desde que localizados em pontos estratégicos, que, inclusive, poderiam ser escolhidos pelas Associações Comunitárias dos Bairros da Vila Operária e Jardim Alvorada, dentro da mesma sistemática adotada pelo Banco Estatal para com as empresas de grande porte.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1987.

NEREU VIDAL CEZAR
Vereador - Autor

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitações para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão

Judiciária, seja qualificado em Distrito Judiciário, o Distrito Administrativo de Jangada, criado pela Lei n. 7604, de 15 de junho de 1982, no Município de Iporã, Comarca de Iporã.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de Jangada, no Município de Iporã, criado pela Lei n. 7604 de 15 de junho de 1982, em face do acelerado crescimento que vem experimentando nos últimos anos, tornou-se responsável por importante parcela da produção agrícola e de bens de serviços do Município, resultando em acentuada melhoria da qualidade de vida da população, justificando, portanto, sua estruturação como Distrito Judiciário.

A presente solicitação estriba-se nas disposições prescritas pelo Art. 27, da Lei n. 8280, de 24 de janeiro de 1986.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitações para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, seja qualificado em Distrito Judiciário o Distrito Administrativo de Nilza, criado pela Lei 7603 de 15 de junho de 1982, no Município de Iporã, Comarca de Iporã.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de Nilza, no Município de Iporã, criado pela Lei n. 7603 de 15 de junho de 1982, apresenta um desenvolvimento promissor nos mais diversos aspectos. Conta com infraestrutura de serviços e condições sócio-econômicas que justificam perfeitamente sua estruturação como Distrito Judiciário.

A presente solicitação encontra amparo legal no que dispõe o Art. 27, da Lei n. 8280, de 24 de janeiro de 1986.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitações para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divi-

são Judiciária, seja qualificado em Distrito Judiciário o Distrito Administrativo de Guaiporã, criado pela Lei n. 7602, de 15 de junho de 1982, no Município de Iporã, Comarca de Iporã.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo de Guaiporã, no Município de Iporã, criado pela Lei n. 7602, de 15 de junho de 1982, vem apresentando um desenvolvimento considerável dos pontos de vista econômico, social e populacional, possuindo infraestrutura considerável de serviços, que credencia como uma das localidades mais importantes do Município, o que, sem dúvida, justifica sua estruturação como Distrito Judiciário.

A presente solicitação está embasada nas disposições do Art. 27, da Lei n. 8280, de 24 de janeiro de 1986.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o plenário, sejam encaminhados expedientes ao Excelentíssimo Senhor Doutor ÁLVARO DIAS, DD. Governador do Estado, bem como ao Ilustríssimo Senhor JOÃO CARLOS FINARDI, DD. Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando sejam tomadas providências para a manutenção dos encargos iniciais firmados nos financiamentos do PRÓ-LEITE, expedindo-se cópias deste requerimento para a FETAEP, nesta Capital; COAGRO - Cooperativa Agropecuária de Capanema; CONFRA-BEL, de Francisco Beltrão; e SINDICATOS RURAIS de Capanema, Planalto, Pérola d'Oeste, Santo Antônio do Sudoeste e Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Incentivados pelo BANESTADO, para que houvesse melhoria do rebanho leiteiro, grande quantidade de agricultores e pecuaristas firmaram contratos de financiamento para aquisição de gado, ante as facilidades dos encargos.

Todavia, agora o BANESTADO, está querendo aplicar aos financiamentos a correção plena, o que, via de consequência, vai obrigar os agricultores, sem condições de arcar com as despesas financeiras, a devolver os animais. Como o Banco não tem interesse nessa devolução, será forçado a promover execuções dos contratos, piorando ainda mais a situação já calamitosa da área rural.

Assim, considerando que os recursos não são demasiadamente elevados e estão aplicados diversificadamente, solicitamos

o empenho do Governo do Estado e da Presidência do BANESTADO, no sentido de manter os encargos fixados nos contratos originais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Agricultura, Doutor OSMAR FERNANDES DIAS, solicitando atendimento prioritário na distribuição de sementes aos produtores rurais assentados nas terras em função da reforma agrária, nos Municípios de Castro, Tibagi, Reserva e os demais situados na Região dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Algumas áreas situadas na Região dos Campos Gerais foram objeto de desapropriação para fins de reforma agrária, sendo assentadas várias famílias de humildes produtores rurais, possibilitando dessa maneira, a transformação de terras ociosas em produtivas, cumprindo com a função social da propriedade.

Essas pessoas lá assentadas, têm como objetivo primordial a produção de alimentos, porém faltam-lhes as condições mínimas e necessárias para concretização desse fim. Nesse sentido, solicitamos que prioritariamente seja realizada uma distribuição de sementes àqueles produtores, para que pelo menos possam dar andamento ao cultivo da terra.

Entendemos que não basta realizar o assentamento dessas famílias e sem fornecer-lhes os elementos indispensáveis para desempenharem a nobre missão de lavrar a terra. Assim, reiteramos mais uma vez a solicitação do empenho por parte dessa Secretaria de Estado no que diz respeito a solução de tão grave problema social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após a aprovação do Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Álvaro Dias e Mário Pereira, respectivamente, Governador do Estado e Secretário de Estado da Administração, visando providências que assegurem a correção dos vencimentos do servidor público, não obstante o retardamento do gatilho salarial para o prazo de 60 (sessenta dias).

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

O louvável bom senso conferido pela autoridade e austeridade do Governo do Estado, não pode desviar-se das metas que se impõem. Medidas não que ser tomadas, visando assegurar ao servidor público todas as garantias salariais impostas pelo novo regime administrativo.

Tais garantias devem configurar-se na correção dos salários de acordo com o gatilho salarial, não obstante tenha o Governo optado pelo retardamento do reajuste, o qual deverá ser pago dentro de sessenta dias. Tal retardamento, se medidas não forem tomadas de imediato, reverterão em perda para o funcionalismo, pois dentro de sessenta dias, o reajuste referente aos meses de maio e junho, a serem pagos no mês de julho, já estarão defasados.

A presente proposição objetiva, portanto, medidas que assegurem tais correções, sem perda para o servidor público.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Delcíno Tavares da Silva, digníssimo Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, que seja estudado a viabilidade no sentido da cessão de uma ambulância ao Serviço de Assistência Social Evangélico Shaloon, com sede em Icaraíma-Pr.

Da aprovação, REQUER, que seja dada ciência ao ilustre Senhor Levi Alves Fernandes, Avenida Licerio Soares dos Santos, 554, em Icaraíma.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

O Serviço de Assistência Social Evangélico Shaloon, é uma entidade devidamente cadastrada junto a Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, sob o número 1.133/82, inscrita no CGC (MF) n. 78.139.919/0001-36, e foi declarada de utilidade pública, conforme Lei Municipal n. 07/82.

Sendo o Município ladeado pelos rios Ivaí e Paraná, tem sofrido seguidas enchentes nos últimos anos, e com isso a quantidade de enfermos por contágio e por insalubridade, tem crescido vertiginosamente, o que acarreta grandes problemas à Prefeitura, para o atendimento desse pessoal.

A entidade acima aludida, em muito tem colaborado na assistência aos doentes, e para melhor atender solicita do Poder Público Estadual uma ambulância para dar continuidade ao seu trabalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Associação Beneficente Religiosa e Assistencial-Creche Santa Terezinha de Ivaté, rua Serra Dourada s/n, distrito de Ivaté, município de Umuarama.

Um vez aprovado, REQUER, que se dê ciência ao ilustre Senhor Ângelo José Generalli, Presidente da entidade aludida, e ao Excelentíssimo Senhor Sebastião Calixto Barbosa, Líder do Partido da Frente Liberal, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 08.06.87

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

A referida instituição presta excelentes serviços à comunidade local no atendimento aos carentes que necessitam de cuidado e carinho. Os recursos ora solicitados em muito ajudarão, pois os que procuram a entidade merecem atenção e do órgão é exigido correspondência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Associação Batista de Assistência a Menores-Guarda Mirim Feminina, de Umuarama, Rua Inajá, 3653.

Uma vez aprovado, REQUER, que se dê ciência ao ilustre Senhor Osnildo Walter Vieira, Presidente da entidade aludida e, ao Excelentíssimo Senhor Sebastião Calixto Barbosa, Líder do Partido da Frente Liberal, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 08.06.87

(a) ALEXANDRE CERANTO.

JUSTIFICATIVA:

A referida entidade presta excelentes serviços à comunidade local, no atendimento aos carentes que necessitam de cuidado e carinho. Os recursos ora solicitados em muito ajudarão, pois os que procuram a instituição merecem atenção e do órgão é exigido correspondência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes às autoridades abaixo nominadas salientando que seja elaborado

um projeto da viabilidade da implantação de duas novas Agências do Banco do Estado do Paraná S/A. nos bairros da Vila Operária e Jardim Alvorada, respectivamente, na cidade de Maringá conforme requerimento do Vereador Nereu Vidal Cezar, aprovado em Sessão Plenária, do dia 26 de maio do corrente ano, conforme cópia em anexo.

1. Sr. Álvaro Dias, Governador do Estado;

2. Sr. João Carlos Finardi, Presidente do Banestado.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA: Conforme Ofício anexo.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Estado do Paraná

Of. n.º 622/87

Maringá, 28 de maio de 1987.

Senhor Deputado:

Em obediência ao requerimento formalizado pelo Vereador Nereu Vidal Cezar, deferido pela Mesa, em Sessão Ordinária do último dia 26, solicitamos a V. Exa. o desenvolvimento de amplas gestões, para que a Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A autorize a implantação de duas novas agências daquela instituição financeira em Maringá, com sede nos bairros da Vila Operária e Jardim Alvorada, atendendo à reivindicação formulada por parte dos senhores munícipes e, em especial, pelos micro e pequenos empresários estabelecidos nas respectivas regiões, conforme justificativa em apenso.

No ensejo, manifestamos a V. Exa. o nosso apreço e alta consideração.

Tércio Hilário de Oliveira

Presidente

Kazumi Taguchi

1. Secretário

Ao Exmo. Sr.

LINDOLFO LUIZ SILVA JÚNIOR

DD. Deputado Estadual

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

CURITIBA - PR

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

REQUERIMENTO N. 01073

Apresentado em 21/05/87

Atendido - Ofício n.º 620/87 a 624/87

TEOR DO REQUERIMENTO

Lido em Plenário

Sala das Sessões, 26/05/87

Senhor Presidente.

Atendido o disposto regimental, o Vereador subscrito requer à Mesa sejam endereçados ofícios aos Deputados Estaduais Luiz Carlos Alborghetti, Lindolfo Luiz Silva Júnior, Arleir Tilfrid Ferrari Júnior, José Alves dos Santos e Antônio de Souza Bárbara, solicitando-lhes o desenvolvimento de amplas gestões para que a

Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A. Autorize a implantação de duas novas agências daquela instituição financeira em Maringá, com sede nos bairros da Vila Operária e Jardim Alvorada, conforme reivindicação formulada por parte dos senhores munícipes e, em especial, pelos micro e pequenos empresários estabelecidos nas respectivas regiões.

Tratam-se de núcleos populacionais eminentemente importantes para os interesses do Município, já que, em ocupando uma vasta área do território urbano, além de abrigarem, conjuntamente, uma população hoje na casa dos 70.000 habitantes, sediam empreendimentos comerciais e industriais que garantem significativa arrecadação de impostos e tributos ao erário público, o que justifica, por si só, não apenas a necessidade do repasse de obras comunitárias em caráter eqüitativo e permanente, mas, sobretudo, o aparelhamento com estabelecimentos que operem na área da prestação de serviços bancários, mesmo porque a clientela existe em abundância e falta tão-somente a iniciativa dessa instalação, cujas unidades financeiras, sem sombra de dúvidas, absorveriam fatia relevante do mercado controlado por outros Bancos.

Contudo, entendida a inviabilidade da medida por fatores de ordem econômica e alusivos à contenção de despesas, principalmente em se considerando o período recessivo da economia do país, a extensão de postos avançados de atendimento colaboraria, mesmo que a título precário, para a minimização dos problemas atualmente enfrentados pelas referidas comunidades urbanas, desde que localizados em pontos estratégicos, que, inclusive, poderiam ser escolhidos pelas Associações Comunitárias dos Bairros da Vila Operária e Jardim Alvorada, dentro da mesma sistemática adotada pelo Banco Estatal para com as empresas de grande porte.

Sala das Sessões, 20.05.87.

(a) NEREU VIDAL CEZAR

Vereador - Autor

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de determinar estudos para a viabilização da pavimentação asfáltica no trecho ligando o município de Icaraíma ao Distrito de Vila Rica do Ivaí, naquele Município.

Uma vez aprovado, REQUER, ainda, que seja comunicado o ilustre Senhor Levi Alves Fernandes, Avenida Licério Soares dos Santos, 554 - Icaraíma.

Sala das Sessões, em 08.06.87

(a) ALEXANDRE CERANTO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Presidente da PROVOPAR, Primeira Dama do Estado, Senhora Débora Dias, solicitando a esta entidade, o fornecimento de 200 unidade de cobertoras para as famílias carentes do município de Ivatuba.

Sala das Sessões, em 08.06.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua a Douta Mesa, tão logo seja ouvido o Magnânimo Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Álvaro Dias, solicitando providências urgentes e imediatas para a recuperação do Porto Barão de Teffé em Antonina, tais como dragagem da bacia de evolução, recuperação dos armazéns 2 e 4, reforma da pera ferroviária e aumento da faixa acostável.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Sr. Wilson Clio de Almeida, Diretor do Porto de Antonina, ao Excelentíssimo Prefeito Municipal bem como ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Antonina.

Sala das Sessões, em 08.06.87

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Srs. Deputados:

O Porto de Antonina, que no passado contribuiu com o progresso do nosso Estado e inclusive já ocupou o quarto lugar em cabotagem no rol dos Portos Brasileiros, hoje está agonizante e relegado a um plano aquém de suas tradições.

Após sua encampação em 1964 até hoje, o Porto de Antonina não recebeu nenhum recurso para que pudesse se firmar como Porto auxiliar de Paranaguá. O que lamentamos, é que inúmeros navios ficam até 20 dias ao largo, no Porto de Paranaguá e muitas vezes, para evitarem altas diárias que são pagas regamente em milhares de dólares, fogem para portos de Santa Catarina e outros.

A nossa preocupação, que também é da comunidade capelista, baseia-se no fato da situação insustentável a que chegamos. Estamos num momento de se tomar uma posição definida, que não é difícil. Oferecemos algumas sugestões a curto e médio prazo, com custos mínimos, a saber:

a) Dragagem da bacia de evolução, pois

em função do fluxo escasso, pela movimentação natural dos bancos de areia, com os fenômenos naturais, tornou-se rasa, motivo da necessidade de se dragar a bacia de manobras e acostamento.

b) Recuperação dos Armazéns 2 e 4: - o desuso, o abandono e o tempo, são inimigos mortais dos armazéns à beira mar, construções antigas e que sofrem o ataque constante da ferrugem e maresia.

c) Reforma da Pera Ferroviária: Efe-tuação de manutenção adequada com substituição imediata de alguns dormentes, elevação das linhas a um nível adequado, objetivando rápido curso sem interrupções.

d) Aumento da faixa acostável: Atualmente a faixa acostável do Porto de Antonina é de 60 m, o que é insuficiente para atender um fluxo normal de navios. Para que se compreenda melhor, um navio de pequeno porte tem 90m. de comprimento e o objetivo é o atracamento de pelo menos dois navios.

Anteriormente o Porto Matarazzo (trapiche anexo ao Porto Oficial) foi utilizado por uma Empresa particular para desmontagem de navios-sucata, aumentando ainda mais a carência de espaço físico para atender a demanda de navios que chegam a Antonina.

O Porto de Antonina, que é pioneiro no embarque de grãos "a granel", que movimentava em grande escala madeira, café e carga Geral como eletrodomésticos e outros, hoje movimenta carvão mineral e esporadicamente ferro e adubo. Além disso, eram mais de 800 m de faixa acostável, somando os trapiches de madeira (portos particulares); hoje não chega a 60 m. Outra situação gravíssima, é que os 50.000 m² de armazens, hoje estão reduzidos a zero, sem nenhuma capacidade de armazenamento caso não se reformem urgentemente os armazéns 2 e 4.

Por toda esta exposição de motivos, julgamos de extrema carência e atenção o nosso Porto de Antonina, pois se vier a ser fechado, irá gerar uma profunda crise social à comunidade capelista, que vive em função do porto e do turismo. Seria o caos.

Rogamos, portanto, o apoio dos insig-nes companheiros, para que juntos possamos visualizar uma saída viável para esta calamitosa situação.

É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após a aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Mário Pereira, DD. Secretário de Estado da Administração, solicitando in-

formações quanto ao número de deficientes empregados nos diversos órgãos da Administração do Estado, de acordo com o disposto na Resolução n. 4669, de 01 de novembro de 1984.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

Em virtude da Lei n. 7875, de 02 de julho de 1984, posteriormente regulamentada pelo Governo do Estado pelo Decreto n. 4446, a Secretaria de Estado da Administração, através da Resolução n. 4669, definiu o número de empregos reservados para pessoas deficientes nos Órgãos da Administração Direta do Estado. Tal Resolução estabelece que 5% do contingente de servidores públicos seja de pessoas deficientes. Entretanto, recentes levantamentos realizados junto à Federação Paranaense de Entidades de Deficientes Físicos, dão conta de que este percentual está muito aquém do possível e do exigível.

O disposto na Resolução supracitada nada tem de paternalista ou de cunho caritativo, apenas assegura ao deficiente as oportunidades de trabalho e convívio comunitário, permitindo possa o mesmo desempenhar as suas aptidões e ter auto-suficiência, saindo da marginalização e provendo o seu sustento.

Oportuno se faz traduzir a "Exposição de Motivos" utilizada para fundamentar a Lei n. 7875, que reza "não basta declarar e reconhecer os direitos do homem. Torna-se necessário realizá-los e promovê-los na realidade social e no Estado. Os direitos fundamentais nunca estão integralmente realizados. A própria transformação social vai exigindo novas garantias, criando novos direitos, alargando o espaço de realização dos direitos fundamentais".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná da Proposta Documento elaborado e aprovado pela Assembléia Popular de Saúde, realizada em 16 de maio do corrente, no Município de Toledo - PR.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se no nosso entender de assunto prioritário merecedor de discussões e soluções objetivas pois o País exige e espera que sejam cumpridos, na área de Saúde, os compromissos assumidos com a população.

Cremos ser este documento mais um elemento de real importância para buscarmos soluções sérias na área da saúde, pois é portador na íntegra de propostas abrangentes as quais foram discutidas e visam pro-

piciar, agilizar e garantir o atendimento, o direito e a qualidade da assistência à saúde, para todos os níveis sociais.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 092/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URAIENSE, com sede e foro no Município de Uraí.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) NELSON VASCONCELOS.

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária Uraiense, que pretendemos declarar de utilidade pública, é uma entidade com finalidades totalmente filantrópicas e de princípios religiosos ligada à Igreja Católica de Uraí.

PROJETO DE LEI N. 093/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica concedido o Título de Cidadã Benemérita do Estado do Paraná para a Professora DIVA VIDAL.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL.

Apoiamento: João Arruda, Alexandre Ceranto, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto e Valderi Mendes Vilela.

JUSTIFICATIVA:

A Professora Diva Vidal representa o amor à educação, numa dedicação integral ao magistério. Sua dedicação à carreira que abraçou é um exemplo de vida. Foram sessenta anos dedicados ao ensino do Paraná, completados no mês passado, quando ocupou a direção do Colégio Estadual do Paraná, cargo que ocupou nos últimos doze meses.

Nascida em Paranaguá, atualmente conta com 75 anos. Sua carreira no magistério começou cedo, quase na adolescência. Com quinze anos era professora de Educação Física. Nos idos de 1930, fazendo parte do corpo docente da Escola Normal de Paranaguá, implantou o uso do calção como uniforme indispensável para a prática da disciplina que lecionava. O fato, hoje pitoresco, representou na época uma revolução nos hábitos e costumes dos estudantes do Paraná.

Porém, a vida da professora não se restringiu às mudanças em razão das introduções inovadoras na Educação Física. Por

motivos de saúde passou a lecionar matemática. Se não ensinou as primeiras letras, mostrou os primeiros números a paranaenses ilustres como o professor Vidal Vanhoni, o médico Alberto Accioly Veiga, desembargadores Adolfo Krüger Pereira, Haroldo Costa Pinto, José Franzi, entre muitos outros.

A educação, mais do que vocação, era seu projeto de vida. O município de Paranaguá, no Litoral, precisou privar-se da presença de sua ilustre mestra, para que o Estado, num todo, ganhasse a sua competência e dedicação ao ensino. Ocupando os mais diversos cargos na Secretaria de Educação, percorreu inúmeras vezes o Paraná, quase sempre dirigindo seu próprio veículo, supervisionando o ensino, orientando professores e alunos, implantando salas de aulas, fundando escolas, formando os paranaenses para o ingresso nos cursos superiores, preparando normalistas para ensinarem nossos conterrâneos.

Sou testemunha de suas viagens, em ônibus, ora com um velho "Jeep", pelas estradas difíceis do nosso Paraná de outrora. Nos idos de 1956, época de comunicação difícil, poucos recursos, a professora Diva Vidal chegou no meu município, Nova Esperança, percorrendo distantes caminhos e até num ato de coragem, para implantar a Escola Normal que até hoje serve a toda região Noroeste do Estado.

Como Nova Esperança, outras tantas cidades lembram de sua visita. Como o professor Vidal Vanhoni, ex-Secretário de Educação, milhares de paranaenses receberam os seus ensinamentos. Outros milhares de paranaenses receberam os seus ensinamentos. Outros milhares, até mesmo sem saber, continuarão usufruindo os benefícios de sua obra.

É justo pois, que esta Assembléia Legislativa, em nome do povo do Paraná, preste uma homenagem a esta ilustre mestra, no momento de sua aposentadoria. Conterrânea que a todos orgulha, dedicou sua vida ao ensino do Estado, para o bem do Paraná.

PROJETO DE LEI N. 094/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade Pública o LAR DOS VELHINHOS DE RIO AZUL, com sede na cidade de Rio Azul e foro na cidade de Rebouças.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei n. 6994/78, estamos apresentando o projeto de lei que

declara de Utilidade Pública Estadual o Lar dos Velhinhos de Rio Azul, com sede na cidade de Rio Azul e foro na cidade de Rebouças.

Fundado em 14 de julho de 1984, com suas atividades em perfeito andamento, conforme comprova a documentação anexa, procurando dar toda a assistência necessária, contando com o apoio incondicional de toda a comunidade, de voluntários e principalmente de sua abnegada Diretoria, aliada aos profissionais competentes residentes na cidade, procura sempre desenvolver um trabalho voltado para o bem comum, e principalmente, na tentativa de solucionar no local o problema do idoso carente.

A entidade devidamente registrada sob o número 1171, às fls. 228, protocolado n. 01, transcrito sob n. 35, fls. 071, V, do Livro A-1, do Registro de Títulos e Documentos da Comarca em 07 de outubro de 1986, bem como declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 05/87, de 23 de abril de 1987.

Seu estatuto por si só traduz a elevada significância social da entidade, pois define como seus objetivos específicos que visam assegurar aos idosos carentes seu bem-estar.

As razões aqui explícitas nos convencem da oportunidade do presente plano de lei, para o qual solicitamos o devido apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 095/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica a Prefeitura Municipal de Rio Azul autorizada a doar ao Lar dos Velhinhos de Rio Azul, a área de terra com 5.280,00 m2 (cinco mil, duzentos e oitenta metros quadrados), com as seguintes confrontações: ponto inicial em um marco de madeira de lei cravado a par de uma cerca de arame farpado, divisa com herdeiros de João Duda, daí segue confrontando com terreno da mesma Prefeitura Municipal até outro marco, com extensão de 78,00 m; segue ainda confrontando com a mesma Prefeitura até outro marco, com extensão de 88,00 m; seguindo ainda com a mesma Prefeitura até um marco cravado a par de uma cerca de arame farpado, com extensão de 42,00 m; finalmente segue pela cerca de arame farpado confrontando com herdeiros de João Duda até chegar ao ponto inicial OPP. com extensão de 98,00 m, para ali ser construída a sede e dependências da referida entidade assistencial, num prazo máximo de dois (02) anos.

Art. 2.º - Fica proibido, a terceiros, a transferência ou cessão, a qualquer título, da área doada sob pena de imediato retorno do imóvel ao patrimônio do Municí-

pio.

Art. 3.º - O imóvel objeto da doação de que trata o art. 1.º, fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.06.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A justificativa, histórico, planta e memorial descritivo, apresentado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, acompanhado de farta documentação, diz tudo sobre os elevados propósitos da instituição filantrópica, fundada em 14 de julho de 1984, naquela cidade, com suas atividades em perfeito andamento, conforme comprova a documentação anexa.

Conhecemos pessoalmente o trabalho incansável da Diretoria do Lar dos Velhinhos de Rio Azul, que recebe o apoio incondicional da comunidade, de voluntários, de profissionais competentes residentes na cidade, procurando sempre desenvolver o trabalho voltado para o bem comum e, principalmente, na tentativa de solucionar no local o problema do idoso carente.

A entidade devidamente registrada sob n. 35, às fls. 71 V, do Livro A-1, do Registro de Títulos e Documentos da Comarca em 07 de outubro de 1986, bem como declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 05/87, de 23 de abril de 1987.

Tramita nesta Casa, projeto de lei de nossa autoria, que declara de Utilidade Pública Estadual a mencionada associação.

Seu estatuto por si traduz a elevada significância social da entidade, pois define com seus objetivos específicos que visam assegurar aos idosos carentes seu bem-estar.

As razões aqui explícitas nos convencem da oportunidade do presente Plano de Lei, que tenta dar condições ao Lar dos Velhinhos de Rio Azul, num futuro próximo, construir sua sede própria, para o qual solicitamos o devido apoio dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Finda a leitura do Expediente, concedo a palavra, no Pequeno Expediente ao Senhor Deputado Pirajá Ferreira, primeiro orador inscrito.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - (Lê):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, não posso me furtar ao apoio irrestrito às medidas adotadas pelo Governo Federal.

Neste momento histórico que atravessa

a Nação, é imperioso o combate à inflação através do controle dos preços e à especulação financeira.

Dentre inúmeras decisões adotadas pelas autoridades federais, devemos destacar:

- 1.º - O combate aos abusos das remarcações de preços;
- 2.º - Guerra à inflação e aos juros;
- 3.º - Preservação do poder de compra dos trabalhadores;
- 4.º - Manutenção do atual sistema de poupança, sendo a caderneta intocável;
- 5.º - Atenção às micro e pequenas empresas.

Todo este elenco de medidas prioriza o "social" e portanto, deve ser apoiado integralmente.

Inegavelmente é necessário um controle eficaz e severo dos preços de mercado em razão de vivermos sob um regime econômico intensamente submetido a oligopólios que debilitam e enfraquecem o regime da livre concorrência.

Em razão desta característica de nossa economia, o Poder Público deve tomar as medidas necessárias a corrigir as distorções que penalizam o pobre e aviltam o salário do trabalhador.

Neste sentido, esta Casa de Leis não ficará à margem dos fatos e dentro de sua esfera de competência promoverá a arregimentação das forças sociais e a conscientização dos diversos segmentos da sociedade para o apoio das medidas tendentes ao controle de preços.

Estamos convocando uma audiência pública, para os próximos dias, com a participação de todos os setores da comunidade, principalmente as donas de casa, entidades de defesa do consumidor, órgãos do governo estadual, etc.

Não podemos deixar que os oligopólios que controlam a economia massacrem a nossa democracia brasileira. Precisamos lutar juntos, esta Assembléia e o povo, para garantir a estabilidade econômica sem a qual não haverá estabilidade política".

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Senhor Deputado José Afonso Júnior, inscrito.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - (Lê):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados e Deputadas.

Há momentos em que as críticas devem ser feitas para apontar erros e omissões; há momentos, também, em que os elogios, a reverência devem ser feitos quando alguém toma posições sérias e corretas para a so-

lução de problemas que sufocam a sociedade brasileira, em seus diferentes segmentos.

É justamente por isso, é justamente neste momento em que toda nação brasileira atravessa e vive os piores episódios em sua história econômica, gerando crises de toda natureza; é neste momento em que se vislumbra uma gravíssima e inevitável recessão econômica, com reflexos altamente negativos para a indústria e o comércio e conseqüente aumento do índice de desemprego no País, que este Parlamentar não poderia ficar alheio ao ocupar seu pequeno espaço nesta tribuna - para reverenciar, e parabenizar o ilustre paranaense e sucedido empresário, JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA, Presidente do Grupo Bamerindus do Brasil.

Homem de larga visão e renomada experiência empresarial, sentindo e se preocupando com os graves e angustiantes problemas que afetam todo micro e pequeno empresário, houve por bem em tomar uma posição decisiva e inusitada neste País, em favor desse segmento empresarial, abrindo um espaço de alento e de esperança para que suas micro empresas continuem em atividade e não venham a entrar na indesejável falência.

Prorrogando o prazo para quatro meses para pagamento dos seus débitos, com uma anistia e redução de aproximadamente 25% sobre o total devedor, José Eduardo Andrade Vieira cria condições favoráveis para que os microempresários consigam saldar os seus débitos junto à instituição financeira que sobejamente dirige e preside.

Cidadão sensível e inteligente, outra não poderia ser sua atitude, senão esta que vem, de forma altamente elogiável, contribuir para a solução da crise que assola e aflige as microempresas e os pequenos empresários. E o País, sem dúvida alguma, não pode prescindir dessas microempresas que representam uma grande parcela no crescimento e desenvolvimento da nação, produzindo riquezas e gerando empregos.

Com a redução de 25% sobre o total dos débitos das microempresas e a prorrogação para quatro meses para pagamento, o Senhor José Eduardo Andrade Vieira, Presidente do Bamerindus do Brasil, dá uma demonstração e exemplo dignificante ao Brasil e de maneira especial, mostra que com esforço, sensibilidade, coragem e patriotismo, podemos dar soluções para os mais difíceis problemas da Nação. É necessário, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que homens de caráter e da têmpera do Senhor José Eduardo Andrade Vieira, despontem no cenário nacional com a mesma preocupação, com o mesmo discernimento e empenho para a solução - a curto prazo - dos problemas e crises que perturbam a ordem econômica e a tranquilidade da Nação brasileira.

A nota publicada na "Gazeta do Povo" de ontem, teve uma repercussão a nível nacional. A notícia, em razão da tomada de posição em favor das microempresas e dos pequenos empresários pelo Senhor José Eduardo Andrade Vieira foi destaque no "Jornal Nacional" e posteriormente no "Jornal da Globo", às 23:00 horas.

Seu pronunciamento foi amplamente reconhecido e elogiado por todas as Associações e Federações Comerciais do País e demais segmentos empresariais. Oxalá, sua iniciativa seja imitada pelas demais instituições financeiras do Estado e da Nação.

Por essa razão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia, sob pena de omissão, deixar de fazer este pronunciamento do reconhecimento à pessoa do Senhor José Eduardo Andrade Vieira, Presidente do Grupo Bamerindus do Brasil que não existe problema sem solução quando os homens de boa vontade se prontificam a resolvê-lo.

Quero também ainda parabenizar o Deputado Anibal Khury pela sua iniciativa de formar um Requerimento, assinado por todos os Parlamentares, desta Casa em favor do empresário José Eduardo Andrade Vieira, parabenizando-o pela sua iniciativa heróica que vem ao encontro dos anseios da classe empresarial".

(Termina de ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Concedo a palavra do próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas. Voltamos a ocupar a tribuna desta Casa para nesta oportunidade trazer-mos aos nossos Pares e a todo o Paraná uma preocupação de todo o povo capelista, de todo o povo da Cidade de Antonina.

Trata-se da situação difícil, quase que impraticável do seu Porto. O Porto de Antonina, que no passado contribuiu com o progresso de nosso Estado e que inclusive ocupou o 4. lugar em cabotagem no rol dos Portos brasileiros, hoje está agonizante e relegado a um plano aquém de suas tradições.

Após sua encampação, de 1964 até hoje, o Porto de Antonina não recebeu nenhum recurso para que pudesse se firmar como porto auxiliar de Paranaguá. O que lamentamos é que inúmeros navios ficam até vinte dias ao largo, no Porto de Paranaguá, e, muitas vezes, para evitarem altas diárias que são pagas regamente em milhares de dólares, fogem para os portos de Santa Catarina e outros.

A nossa preocupação, que também é da comunidade capelista, baseia-se no fato da situação insustentável a que chegamos. Estamos no momento de tomar uma posição definida e que não é difícil. Podemos oferecer até algumas sugestões e o fazemos através de um requerimento que ora apresentamos e que requer ao Senhor Governador do Estado, ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, e à Portobrás que tomem providências imediatas porque o Porto de Antonina é viável. Já foram feitos estudos e, comprovadamente, sabemos que o Porto de Antonina é viável, mas todos os recursos são aplicados no Porto de Paranaguá.

Pedimos então a intervenção de Sua Excelência. O Senhor Governador do Estado para que o Porto de Antonina volte a merecer a atenção que merecia há tantos anos atrás, e que possa novamente colaborar para que as cargas não sejam efetuada - cargas e descargas - somente através do Porto de Paranaguá, mas sim e também, através do Porto de Antonina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) No Grande Expediente está inscrito o Deputado Caíto Quintana. (Declina).

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto o representante do PL. (Declina).

Havendo declinado passamos a palavra ao representante do PTB. (Declina).

Havendo declinado passamos a palavra ao representante do PDS. (Declina).

Havendo declinado passamos a palavra ao representante do PT. (Ausente).

Passamos a palavra ao representante do PDT. (Declina).

Havendo declinado passamos a palavra ao representante do PFL. (Declina).

Havendo declinado passamos a palavra ao representante do PMDB. (Declina).

Havendo declinado, esta encerrado o Horário das Lideranças passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 18/87, (Mensagem n. 21/87 - ex-Proposição n. 31/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR e os Municípios de Foz do Iguaçu e Barracão, nas datas e com objetivo que especifica. Aprovado artigo por artigo. À Diretoria Legislativa.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 19/87 (Mensagem n. 24/87 - ex-Proposição n. 34/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios n. 72/85 e 99/85, de 18/11/85 e 16/12/85, bem como do Termo Aditivo de 12/12/85, ao primeiro, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Trabalho e Assuntos Comunitários, e a Secretaria de Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho, objetivando o desenvolvimento de Projetos de criação de emprego e renda nos Municípios. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 20/87 (Mensagem n. 28/87 - ex-Proposição n. 35/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando a construção de prédios destinados a sediar unidades policiais ou Ciretrans. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 21/87 (Mensagem n. 29/87 - ex-Proposição n. 36/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, e os Municípios que especifica, com vistas à construção de prédios destinados a sediar unidades da Polícia Civil e do DETRAN. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 22/87 (Mensagem n. 30/87 - ex-Proposição n. 37/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 10/11/86, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de Abatiá, Araruna, Lunardelli e Rio Bom, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios das respectivas Delegacias de Polícia. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 23/87 (Mensagem n. 31/87 - ex-Proposição n. 38/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 16/10/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Ibiporã, objetivando a prestação de serviços de Segurança Pública e o Município de Ibiporã, objetivando a prestação de serviços de Segurança contra incêndios e de socorros públicos na área do referido Município. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 24/87 (Mensagem n. 34/87 - ex-Proposição), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 31/12/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, com interveniência da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros do Programa de Infra-estrutura Urbana dos Municípios, Cota Parte Estadual do Imposto Sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos, conforme especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 25/87 (Mensagem n. 35/87 - ex-Proposição n. 46/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios de Cascavel, Clevelândia, Paulo Frontin, Prudentópolis e Quatro Barras, nas datas e com objetivos que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 26/87 (Mensagem n. 33/87 - ex-Proposição n. 44/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, conforme especifica. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 287/85, de autoria do Senhor Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MOTORISTAS DE TÁXI DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA", com sede no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 119 de 05.11.85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 287/87

PARECER:

O Projeto de Lei em pauta, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MOTORISTAS DE TÁXI DE PIRAQUARA", com sede no Distrito de Pinhais, Município de Piraquara e foro no Município de Curitiba.

Analisando o mesmo, vimos estar este de conformidade com as exigências da Lei n. 6.994, de 10/01/78, já que esta Associação é entidade jurídica de direito privado, com personalidade jurídica há mais de um ano (fundada em 1981); sem fins lucrativos e desde sua fundação vem cumprindo com o que foi estabelecido em seus estatutos, tais como:

- Realizações de reuniões de cunho cívico, social e recreativo para maior união dos seus associados;
- Assistência Médica aos associados e seus dependentes;
- Fiscalização do correto exercício da profissão.

Assim sendo, esta Douta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que obste a legal tramitação deste Projeto. Sendo o Parecer FAVORÁVEL pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
ERONDY SILVÉRIO
Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 270/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS", com sede e foro em São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 129 de 10.11.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 270/86

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS", com sede e foro em São José dos Pinhais.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza legal ou regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

Presidente.
VALDERI VILELA
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 050/87, de autoria do Senhor Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública, a "ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO DO PARANÁ - SEIC", com sede e foro nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 38 de 27.04.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 050/87

PARECER:

O presente Plano de Lei de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO DO PARANÁ - SEIC", com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente
HERMAS BRANDÃO
Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI N. 50/87

PARECER:

1. O ilustre Deputado Anibal Khury propõe Projeto de Lei que objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio do Paraná, com sede e foro em Curitiba.

2. A Comissão de Constituição e Justiça, às fls. 40 aprovou parecer favorável do relator deputado Hermas Brandão em sessão realizada no dia 12.05.87.

3. Vem a esta Comissão para nova apreciação. Nada obsta a sua aprovação, razão pela qual opinamos favoravelmente. Pela aprovação, S.M.J.

Sala das Comissões, em 15.05.87.

(aa) ANTÔNIO BÁRBARA

Presidente
NEREU CARLOS MASSIGNAN
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 27/87 (Mensagem n. 09/87 - ex-Proposição n. 19/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios de Itaúna do Sul, Ibiporã, Morretes, Inácio Martins, Campo Largo e Rio Azul, nas datas e com os objetivos que especifica. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 28/87 (Mensagem n. 22/87 - ex-Proposição n. 32/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR e a Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, com as datas e objetivos que especifica. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 29/87 (Mensagem n. 41/87 - ex-Proposição n. 48/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios e Termo Aditivo, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com objetivos, datas e Municípios que especifica. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 004/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que institui o concurso de prognósticos sobre o resultado sorteio de números junto a Loteria Estadual e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 10 de 09.03.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 004/87

PARECER:

O nobre Deputado Artagão Mattos Leão apresenta Projeto no sentido de autorizar o Poder Executivo a instituir concurso de prognósticos sobre resultado de sorteio de números, promovidos em datas prefixadas, com distribuição de prêmios mediante rasteio.

O resultado líquido dessa "loto estadual" destinar-se-á a programas e projetos de interesse social, com prioridade na aplicação para as regiões menos desenvolvidas do Estado.

Em última análise, visa o projeto aumentar a arrecadação estadual para atender a população mais carente, além de fazer surgir um número maior de empregos e, indiretamente, combater a contravenção do "jogo do bicho".

É meritória, sem dúvida, a proposta pois que tem elevado fundo social, a par de não gerar qualquer despesa ao erário público. Antes, ao contrário, trará benefícios de caráter financeiro.

Assim, não encontramos óbice de ordem

legal que impeçam a tramitação do plano de lei, razão porque opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do menor Josué Pereira Rodrigues, ocorrido no dia 07 de junho do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Raimundo Eneas Neto, ocorrido no dia 07 de junho do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 53/87, oriundo da Mensagem do Poder Executivo n. 40/87, que objetiva conceder regime diferenciado de trabalho aos professores da rede estadual de ensino. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando a inclusão do Projeto de Lei n. 67/87, que objetiva conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Coronel PM Dagoberto Dulcídio Pereira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine ao MEC, a instalação de uma Escola Federal com cursos de eletrônica, eletrotécnica e mecânica, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Diretor do DETRAN, encarecendo a instalação de uma delegacia de trânsito no município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, encarecendo a criação e instalação de uma vara especializada em acidentes de trânsito, no município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-

do Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Diretor do Banco do Estado do Paraná S/A., visando a implantação de duas novas agências no município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando desta Presidência, cópia do documento referente ao Balanço Geral das contas da administração Direta e Indireta do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, seja qualificado em Distrito Judiciário, o Distrito Administrativo de Guai- porã, no município de Iporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, seja qualificado em Distrito Judiciário, o Distrito Administrativo de Nilza, no município de Iporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando que seja restabelecido o número de 13 membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, que apurará possíveis irregularidades no Porto de Paranaguá, entreposto Paraguai, no contrabando de soja, café e outros produtos agrícolas. Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art.150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, seja qualificado em Distrito Judiciário, o Distrito Administrativo de Jangada, no Município de Iporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações de qual a exata localização do imóvel recém adquirido pelo Governo, para servir de residência oficial ao Sr. Chefe do Poder Executivo. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando ao envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Presidente do Banco do Estado do Paraná, encarecendo a manutenção dos encargos iniciais firmados nos financiamentos do Pró-Leite. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo atendimento prioritário na distribuição de sementes aos produtores rurais assentados nas terras em função de reforma agrária, nos municípios de Castro, Tibagi, Reserva e os demais situados na Região dos Campos Gerais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, para que o mesmo determine ao DER, o cascalhamento do trecho Ipiranga - Santa Ana a Lustosa - Arroio Grande, no município de Ipiranga. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio dos Srs. Deputados Edmar Luiz Costa, Antônio Annibelli, e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente do Banco Bamerindus do Brasil S/A., pelo lançamento do Programa de Recuperação das Microempresas, clientes daquela instituição financeira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Trabalho e Ação Social, cumprimentando pela pronta decisão de coibir atos de corrupção registrados na PROMOPAR, onde servidores foram apanhados em flagrante de fraude salarial. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Administração, visando providências que assegurem a correção dos vencimentos do servidor público, não obstante o retardamento do gatilho salarial para o prazo de 60 dias. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente,

solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a doação de uma ambulância ao Serviço de Assistência Social Evangélico Shaloon, no Município de Icaraíma. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da LBA, encarecendo auxílio financeiro para a Associação Beneficente Religiosa e Assistencial - Creche Santa Terezinha de Ivaté, no Distrito de Ivaté, município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da LBA, encarecendo auxílio financeiro para a Associação Batista de Assistência a Menores - Guarda Mirim Feminina, no município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Presidente do BANESTADO, encarecendo a implantação de duas novas agências do referido Banco nos bairros da Vila Operária e Jardim Alvorada, no município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a pavimentação asfáltica no trecho ligando o município de Icaraíma ao Distrito de Vila Rica do Ivaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Presidente do PROVOPAR, visando o fornecimento de 200 unidades de cobertores para as famílias carentes do município de Ivatuba. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia dos Citricultores". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Ministério de Madureira, do Paraná, pela realização da 1.ª Convenção de Ministros Evangélicos das Assembléias de Deus. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a recuperação do Porto Barão de Teffé, no

município de Antonina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações de quais as atribuições legais da PROMOPAR. Rejeitado.

O SR. ANTONIO BELINATI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito chamada nominal e verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) O Sr. 1. Secretário procede a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ANTONIO BELINATI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, retiro o pedido de chamada nominal, continua o de verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. lesse o inteiro teor do requerimento, antes de fazer a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Pedido de Informações, quais as atribuições legais...

(Lê o Requerimento).

(Conclui a leitura do Requerimento).

A mesa irá proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Pedido de Informações, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam o Pedido de Informações, queiram levantar-se.

Oito Srs. Deputados aprovam.

Vinte e três Srs. Deputados rejeitam. Está rejeitada a matéria.

O SR. ALGACI TÚLIO - Peço a palavra para declaração de voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) V.Exa. deverá encaminhar o pedido de declaração de voto por escrito, eis que é matéria vencida!

O SR. ALGACI TÚLIO - Então, para justificação de voto.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Da mesma maneira, Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, V.Exa. poderia me informar qual o artigo, com relação a essa informação da Presidência?

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Presidência vai atender o pedido de V.Exa.

- Artigo 152 - "É proibido expressamente

ao Deputado discutir matéria vencida, podendo apenas enviar à Mesa simples declaração, escrita de voto".

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo informações quanto ao número de deficientes empregados nos diversos órgãos da Administração do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de apoio à Comissão de Microempresas do COIND, pela apresentação de proposta para o exercício do próximo ano, da Secretaria da Indústria e Comércio, defendendo estratégias de médio e longo prazo para sanear a economia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da Proposta Documento elaborado e aprovado pela Assembléia Popular de Saúde, realizada no município de Toledo. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de proposição ao Sr. Governador do Estado, visando providências de estudo para apurar motivos das baixas constantes do efetivo da Polícia Militar do Estado, e tomada de medidas tendentes à valorização salarial do Poder Militar. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, apenas para acelerar a reunião da CPI que pretende investigar a Merenda Escolar, eu gostaria de, oralmente, solicitar à Mesa a substituição do Sr. Deputado Haroldo Ferreira - do PMDB - como componente dessa Comissão pelo Sr. Deputado José Felinto, confirmando os nomes dos Srs. Deputados Edmar Luiz Costa, Nilton Barbosa, Amélia Hruschka e Tadeu Lúcio Machado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Solicito a V.Exa. que confirme isto por escrito.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem). Eu gostaria de comunicar ao Plenário e aos componentes da CPI da Merenda Escolar que, em seguida à sessão na Sala das Comissões, faremos a instalação oficial da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está feito o registro, Deputado. Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 09, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 18/87, 19/87, 20/87, 21/87, 22/87, 23/87, 24/87, 25/87 e 26/87.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 287/85, 270/86, 04/87, 50/87, e dos Projetos de Resolução n. 27/87, 28/87 e 29/87.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO HAROLDO RODRIGUES FERREIRA, EM SESSÃO DO DIA 08 DE JUNHO DE 1987.

PROPOSTA DE DOCUMENTO ELABORADO E APROVADO PELA ASSEMBLÉIA POPULAR DE SAÚDE

GERAL

1. Obrigatoriedade de fluoretação do sal ou do sistema de abastecimento da água.
2. Reforma do ensino direcionada às questões básicas de saúde e saneamento do meio, de acordo com a realidade sanitária local.
3. Obrigatoriedade das disciplinas de higiene geral e saúde bucal nas escolas de 1.º e 2.º graus.
4. Que o Estado ofereça condições de diagnóstico precoce de todos os tipos de câncer.
5. Unificação das Ações de Alimentação e Nutrição, através de órgão único que defina uma política nacional para o setor.

DROGAS, FUMO E ALCOOLISMO

1. Proibição de propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas pelos meios de comunicação.
2. Campanha de esclarecimento dos riscos das bebidas alcoólicas e cigarros.
3. Obrigatoriedade do aviso nas respectivas embalagens sobre os perigos do uso de cigarro e bebidas alcoólicas.
4. Cumprimento da lei que proíbe o fumo em recintos fechados.
5. Campanha preventiva sobre os vícios do fumo, álcool e drogas, esclarecendo sobre a dependência física e psíquica que ocasionam.

SAÚDE DA MULHER

1. Que o Estado ofereça condições para a realização de exames preventivos de câncer ginecológico anuais.
2. É dever do Estado oferecer condições de acesso gratuito a todos os métodos an-

ticoncepcionais existentes, garantindo o direito da mulher de conhecer e decidir sobre o seu próprio corpo.

3. Não discriminação da mulher no trabalho e especialmente quando da sua contratação (solicitação de teste de gravidez).
4. Carga horária máxima de 6 horas diárias.

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

1. Incentivo à pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia nacional das áreas médico, odontológica e farmacêutica.
2. Recursos próprios para o financiamento da pesquisa e tecnologia nacional da indústria farmacêutica.
3. Incentivo à pesquisa científica de ervas medicinais para o uso em tratamentos de saúde de acordo com a flora regional.
4. Fiscalização, pelo Estado, da produção, venda e comercialização de drogas em fase de experimentação.
5. Proibição de toda e qualquer experimentação com seres humanos de substâncias, drogas e meios anticoncepcionais.
6. Proibição da produção e venda de medicamentos similares e bonificados.
7. Controle do Estado sobre a produção e qualidade dos medicamentos colocados à venda no mercado.
8. Proibição da propaganda de medicamentos através dos meios de comunicação de massa.
9. Exigência de apresentação de prescrição médica para a comercialização de medicamentos. Para tanto, garantir o acesso de todo cidadão à consulta médica.

SAÚDE MENTAL

1. Garantir mecanismos de fiscalização e punição por atos de qualquer natureza que atentem contra a saúde física e mental.
2. Revisão e humanização dos métodos de tratamento psiquiátrico em uso no Brasil.
3. Propiciar condições de bem estar físico-social e mental prevenindo assim, o surgimento de neuroses e desequilíbrios mentais.
4. Garantir a assistência à saúde mental AIS (Ações Integradas de Saúde) em todas as fases da vida.

REFORMA TRIBUTÁRIA

1. Reforma tributária urgente para viabilizar a municipalização das ações de saúde.
2. Que no mínimo 10% do orçamento da nação seja destinado à área da saúde.

CRIANÇAS

1. Garantia de assistência integral à saúde da criança.

2. Exigir o cumprimento da norma do INAMPS que prevê a permanência da mãe durante a hospitalização do filho.
3. Controle dos internamentos pediátricos pelo Estado, a fim de evitar aqueles desnecessários.

AGROTÓXICOS

1. Obrigatoriedade de receituário agrotômico.
2. Maior controle na venda e uso de agrotóxicos.
3. Incentivo à iniciativa privada nacional e à pesquisa para que haja o desenvolvimento de materiais e equipamentos de segurança adequados para as condições climáticas do país.

REFORMA SANITÁRIA

1. Criação do Ministério Único da Saúde, desvinculado da Previdência e Assistência

Social, constituído por todos os órgãos prestadores de assistência à saúde.

Dedicação exclusiva dos profissionais de saúde como direito de todo cidadão.

2. Universalização do atendimento à saúde como direito de todo cidadão.

3. Distritos Sanitários com descentralização administrativa, e financeira.

4. Gerenciamento do Sistema Único de Saúde a nível municipal através de Conselhos Comunitários.

5. Garantir "Saúde como direito do cidadão e dever do Estado".

6. Fortalecimento das Comissões gestoras das Ações Integradas de Saúde CIMS- CRIS e CIS.

7. Descentralização dos recursos da União, visando possibilitar o gerenciamento e o emprego de recursos arrecadados no município, nas áreas que envolvem o saneamento básico.

8. Controle de qualidade da assistência à saúde, exercido pelo Estado, sobre a rede pública e privada.